

Cinco idéias-chave: coincidências e desafios na comunicação para o desenvolvimento*

*Silvio Waisbord***

Resumo

Neste artigo, o autor apresenta cinco idéias-chave sobre a prática e o pensamento da comunicação para o desenvolvimento: a centralização do poder (o fortalecimento da comunidade); a integração entre as abordagens governamentais e baseadas na comunidade; a necessidade de utilizar estratégias múltiplas de comunicação; a articulação entre a comunicação de massa e a interpessoal; e a incorporação dos fatores pessoais e contextuais para compreender o papel da comunicação na mudança de comportamentos.

Palavras-chave: comunicação, desenvolvimento, participação

Resumen

En este artículo, el autor presenta cinco ideas clave sobre la práctica y el pensamiento de la comunicación para el desarrollo: la centralización del poder (el fortalecimiento de la comunidad); la integración entre los enfoques gubernamentales y basados en la comunidad; la necesidad de utilizar estrategias múltiples de comunicación; la articulación entre la comunicación de masa y la interpersonal; y la incorporación de los factores personales y contextuales para comprender el papel de la comunicación para cambiar comportamientos.

Palabras clave: comunicación, desarrollo, participación

* Artigo apresentado no seminário da Associação Internacional de Comunicação (ICA), em San Diego, realizado entre 23 e 27 de maio de 2003

** Professor do Department of Journalism and Mass Media da Rutgers University, New Brunswick (EUA).

Abstract

There is a growing consensus around five key ideas in thinking and practicing development communication: the centrality of power (community empowerment); the integration of "top-down" and "bottom-up" approaches; the need to use a communication "tool-kit" approach; the articulation of interpersonal and mass communication; and the incorporation of personal and contextual factors in understanding the role of behavior change communication.

Keywords: communication, development, participation

O campo da comunicação para o desenvolvimento percorreu um longo caminho desde seus primórdios nos anos 1950. Naquela época, o termo era freqüentemente associado a um modelo de sistemas de comunicação que funcionava tanto como “uma ciência para produzir mensagens efetivas” quanto para contribuir em programas de extensão da agricultura, e era concebido primordialmente como uma ferramenta dos programas de desenvolvimento “top-down”¹. Hoje em dia, ao contrário, o campo é mais diversificado teoricamente e estrategicamente transformado. Ele se tornou um termo guarda-chuva de largo alcance em programas e pesquisas em comunicação (Waisbord, 2000).

Uma evidência dessa diversidade é a quantidade de abordagens e intervenções que freqüentemente se enquadram na idéia de “comunicação para o desenvolvimento”, como, por exemplo, informação, educação e comunicação, a comunicação para a mudança social, a comunicação para a mudança comportamental, a mobilização social, a mídia em defesa da comunidade, a comunicação estratégica, o marketing social, a comunicação participativa, a comunicação participativa estratégica, entre outros. Dada essa cacofonia conceitual, não é surpresa que exista uma grande confusão e questões que insistem nas semelhanças e diferenças. A proliferação de rótulos, abordagens e teorias é baseada em diversos fatores: nas aspirações de patrocinadores e agências de cooperação para terem seus projetos aprovados; nos esforços das ONGs e de órgãos públicos para fortalecerem determinadas habilidades em abordagens específicas; nas tendências e nos debates acadêmicos; na diversidade de tradições disciplinares e de experiências de profissionais e acadêmicos; e na atitude ambivalente frente às teorias e estratégias ocidentais que circulam pelo mundo.

Há muitas tentativas de esclarecer essa confusão e de organizar as diferenças e semelhanças entre teorias e abordagens (ver Galway, 2002; Melkote and Steeves, 2001). Esse é um exercício útil que interessa mais aos acadêmicos do que aos profissionais. Na prática, os assuntos pragmáticos são mais importantes do que as distinções entre abordagens. Deixando de lado as teorias, diferentes estratégias e ferramentas se unem e são usadas simultaneamente.

Meu objetivo é mostrar que, perdido no labirinto lingüístico, existem acordos importantes nas questões estratégicas e programáticas. Continuar a discussão sobre “qual teoria e abordagem é melhor” é válido como um exercício para a sociologia do conhecimento e para examinar contradições

epistemológicas não resolvidas nas teorias sobre as práticas. O problema é cair em polêmicas cansativas que nos impedem de compreender que os debates sobre "as melhores teorias" fundamentalmente lidam com diferentes questões que o campo como um todo tenta resolver. É importante tentar solucionar a complexidade conceitual que é inerente ao campo, mas os benefícios que essa discussão vai trazer para a prática da comunicação permanecem obscuros.

Cinco idéias-chave

Enquanto diferenças aparentemente irreconciliáveis e bem entrincheiradas caracterizaram o campo no passado, há um consenso se desenvolvendo sobre algumas idéias-chave. Tal consenso não pode ser compreendido como uma mudança de paradigma: o velho paradigma pode ter acabado, como Everett Rogers colocou em meados de 1970, mas nenhum paradigma tomou seu lugar.

Existe um consenso crescente em torno de cinco idéias sobre a prática e o pensamento da comunicação para o desenvolvimento: a centralização do poder, a integração das abordagens "top-down" e "bottom-up"², a necessidade de usar a perspectiva da comunicação que se utiliza de várias ferramentas diferentes, a articulação entre a comunicação de massa e a interpessoal, e a incorporação dos fatores pessoais e contextuais.

Primeiramente, a centralização do poder. Enquanto nos trabalhos iniciais o conceito de poder estava ausente ou somente colocado de forma tangencial, particularmente em programas baseados em premissas difusas e informacionais, o pensamento atual é de que o poder deve estar em primeiro plano. O poder está presente na idéia de que o fortalecimento da comunidade deve ser o principal objetivo das intervenções. Indivíduos e comunidades se fortalecem adquirindo conhecimentos sobre assuntos específicos, se comunicando sobre temas de interesse mútuo, tomando decisões por conta própria e negociando relações de poder.

Tal raciocínio reflete a influência do pensamento da comunicação participativa que surgiu nos anos 1970 como resposta ao fracasso das abordagens tradicionais que tinham como objetivo o desenvolvimento. Desde então, as teorias participativas têm mudado com sucesso os termos do debate e se tornaram parte do vernáculo no campo do desenvolvimento. A agenda da maioria dos patrocinadores e agências de cooperação, desde o Banco Mundial até muitas fundações privadas, mostra que a

participação comunitária é o lema do momento. Nós poderíamos argumentar se a presença da linguagem participativa nos programas institucionais de desenvolvimento é meramente *pro forma* ou um compromisso genuíno que visa ao fortalecimento da comunidade. No entanto, quase nunca se contesta que, não importa o assunto em questão, o propósito das iniciativas de desenvolvimento é contribuir em processos por meio dos quais as comunidades adquirem mais controle sobre suas vidas. Há menos consenso, entretanto, sobre como se define e se mede esse fortalecimento ou quais as estratégias que precisam ser implementadas. Geralmente, o termo “fortalecimento” é usado livremente, sem se levar em consideração o fato de que não se trata de uma questão na qual “todos vencem”, pelo contrário, é uma luta política por meio da qual comunidades e indivíduos negociam e medem forças entre si.

A segunda idéia-chave é a de que as abordagens “top down” e “bottom-up” precisam ser integradas. Dominante durante a era de descolonização nos anos 1950, o modelo “top-down”, que colocou governos e uma rede de especialistas ocidentais à frente de programas de desenvolvimento, tem sido desacreditado. Há um sentimento amplamente compartilhado de que esse modelo foi responsável pelo registro desastroso da “primeira onda” de desenvolvimento. A abordagem “bottom-up” ganhou sustentação nos quatro cantos do mundo como um modo de remediar, se não todos, pelo menos alguns dos problemas-chave criados pelo desenvolvimento “top-down”. Concluiu-se que os interesses e as políticas públicas nórdicas dirigiram as iniciativas de desenvolvimento, e que as expectativas e necessidades sulistas foram negligenciadas.

Após o desenvolvimento comunitário dos anos 1970 e 1980, quando o pêndulo se moveu da liderança governamental para as abordagens baseadas na comunidade, tem havido uma compreensão crescente de que tanto os modelos estratégicos de comunicação “top-down” quanto os “bottom-up” são necessários para atacar com sucesso uma série de problemas. As idéias sobre mobilização e participação comunitária forneceram um antídoto muito necessário para uma mentalidade que entendia o desenvolvimento como uma questão concernente aos órgãos governamentais e agências financiadoras internacionais. Além disso, o apoio crescente em favor da descentralização (em áreas como saúde, meio ambiente e educação) nos países em desenvolvimento tornou necessárias as abordagens baseadas na comunidade.

No entanto, o foco no fortalecimento da comunidade não deve subestimar o papel dos governos. Quando um governo decide que um dado tema é prioritário, isso vai afetar substancialmente as projeções do trabalho voltado para o desenvolvimento, um ponto bastante comprovado nos programas recentes de combate a doenças infecciosas. Uma lição que extraímos disso é a de que quanto mais cedo um governo prioriza os programas de combate à AIDS/HIV, maiores são as chances de sucesso das intervenções da comunicação. Pelo contrário, a falta de interesse dos governos em colocar a tuberculose como item prioritário de suas agendas explica o porquê de a doença ainda causar um grande estrago nos países em desenvolvimento (WHO, 1999). As diferentes ações e posições que os governos adotam frente à erradicação da poliomielite têm demonstrado sua importância na conquista de resultados (USAID, 2000). O que se conclui dessas experiências é que o compromisso dos governos locais e centrais em relação a assuntos específicos do desenvolvimento tem demonstrado ser indispensável, particularmente para a implementação de projetos bem-sucedidos em escala nacional (Borgdorff, Floyd and Broekmans 2002).

Os trabalhos recentes da academia em relação à comunicação não têm examinado com cuidado esse aspecto. Sem dúvida, isso é o resultado de uma posição que rejeitou firmemente as ações governamentais e prestou atenção quase exclusivamente ao papel da sociedade civil, tanto no nível nacional quanto no global. Certamente, é necessário reconhecer a importância das instituições civis no direcionamento e na luta contra os problemas relativos ao desenvolvimento, especialmente se levarmos em conta os erros persistentes dos Estados e do setor privado, somados à consolidação de formas globais de participação. Não podemos subestimar, entretanto, o fato de que os governos continuam a ter um papel importante nos programas de desenvolvimento, basicamente porque suas ações (e inações) afetam as vidas de milhões de pessoas, particularmente populações pobres e marginalizadas. Seja para melhor ou para pior, a presença do Estado pode ser benéfica ou maléfica. Os Estados carregaram uma grande responsabilidade por muitas ações catastróficas em projetos de auxílio ao desenvolvimento, dos anos 1950 para frente. Não nos esqueçamos, no entanto, que eles não foram os únicos culpados. No contexto da *realpolitik* da Guerra Fria, um sistema inteiro de ajuda internacional, que apoiou governos tirânicos e corruptos nos países em desenvolvimento, apesar de seus evidentes fracassos e transgressões, foi igualmente responsável pelos resultados desastrosos.

Concluir que os governos são inerentemente antiéticos em relação ao desenvolvimento, como sugere parte da literatura sobre a sociedade civil global, leva perigosamente a subestimar a realidade do governo mundial, para o qual os Estados ainda são importantes (Morris e Waisbord, 2001). Curiosamente, essas conclusões antiestatais, oferecidas pelas análises liberais e progressistas, caem em uma espécie de posição neoconservadorista que demoniza os Estados sem oferecer propostas para democratizá-los e fortalecê-los, de forma que possam servir aos objetivos do desenvolvimento. Alternativas para ajudar a melhorar a contribuição dos governos são igualmente necessárias. Seja facilitando e coordenando ações, ou colocando obstáculos e prejudicando programas de desenvolvimento, os governos têm uma presença importante. Tal presença depende de fatores múltiplos como, por exemplo, os interesses pessoais e políticos das atuais administrações e de seus representantes, o registro do passado dos governos nas comunidades locais, e assim por diante. Os Estados ainda são importantes no desenvolvimento por uma série de razões: os sistemas educacionais e de saúde oficiais atingem um percentual grande da população em muitos países em desenvolvimento (como na maioria dos países da América Latina); os governos nacionais são importantes peças-chave nos programas de cooperação internacional; as posições oficiais ditam o tom e o estágio das iniciativas para o desenvolvimento; os projetos de ajuda internacional que passam por cima de autoridades domésticas frequentemente enfrentam vários tipos de dificuldades logísticas, políticas etc.

A terceira idéia-chave é a necessidade de se ter uma abordagem que utilize várias ferramentas de comunicação (Ver FAO, 2002). Os profissionais do campo se conscientizaram sobre a necessidade de se adotar estratégias múltiplas de comunicação para melhorar a qualidade de vida nas comunidades. Técnicas diferentes em contextos diferenciados podem ser necessárias para lidar com prioridades e problemas específicos. Por exemplo, a educação convencional e as intervenções da mídia podem ser fundamentais em situações críticas como uma epidemia, quando um número expressivo de pessoas necessita ser alcançado em um período curto de tempo. O marketing social tem demonstrado ser útil para tratar de certos problemas (por exemplo, para aumentar os índices de imunização), mas pode não ser adequado para promover a participação da comunidade e sublinhar problemas de longa duração. A mobilização social de

várias organizações diferentes oferece um caminho para lidar com as dimensões múltiplas de certos assuntos, como educação, saneamento, nutrição, planejamento familiar, problemas respiratórios, AIDS e mortalidade infantil. O trabalho feito pela mídia em prol das comunidades é recomendável em certos contextos, em que uma parcela significativa da população adquire informação de uma variedade de programas midiáticos. A mídia popular (artes, rádios comunitárias, grupos de cantos) tem provado ser eficaz na geração de diálogo em pequenas comunidades.

A quarta idéia-chave é a necessidade de combinar comunicação interpessoal e atividades multimídia. Um número de intervenções bem-sucedidas sugere que os canais da mídia e a comunicação interpessoal devem estar integrados (ver Fraser e Restrepo-Estrada, 1998). Os meios de comunicação são extremamente importantes para aumentar a consciência e o conhecimento sobre um determinado problema. Eles são capazes de levar mensagens a um grande número de pessoas e gerar diálogo entre as audiências e outros grupos que não foram expostos diretamente a essas mensagens. Uma vez que o aprendizado social e as escolhas não se restringem às mensagens da mídia, mas são adquiridos por meio da troca de opiniões com uma variedade de fontes, as intervenções não podem ser feitas somente com a utilização dos meios de comunicação de massa. Apesar de a televisão, o rádio e outros meios de comunicação serem importantes na disseminação de mensagens, as redes de relações sociais são responsáveis pela difusão de novas idéias (Rogers e Kicaid, 1981; Valente et al, 1994). Utilizar programas de entretenimento e educação é um caminho, por exemplo, para ativar redes de relações sociais e a comunicação entre os membros do grupo na difusão de informação. Nada substitui a educação e o envolvimento comunitário na disseminação efetiva da informação. Os modelos centrados na mídia são insuficientes para a mudança comportamental. As estratégias de maior sucesso no planejamento familiar, na prevenção à AIDS/HIV, nos programas nutricionais e de prevenção à diarreia têm envolvido múltiplos canais, incluindo programas fortemente voltados para a comunidade, redes de comunicação, grupos de aconselhamento comunitário e trabalhadores de campo de ONGs e do governo (McKee, 1994). Conclusões similares são encontradas nas estratégias de comunicação da Unaid (1999), que recomenda integrar multimídia e comunicação interpessoal. Os meios de comunicação têm efeitos poderosos apenas indiretamente, por meio do estímulo

da comunicação entre os membros da comunidade, bem como possibilitando que as mensagens entrem nas redes de relações sociais e se tornem parte das interações cotidianas. A comunicação interpessoal é fundamental para persuadir as pessoas em relação a crenças e práticas específicas, como convencer as mães a vacinarem suas crianças, adotarem medidas higiênicas e manterem as comunidades limpas.

A quinta idéia-chave é a incorporação de abordagens que têm seu foco em fatores ambientais e individuais para compreender o papel da comunicação na mudança de comportamento (ver HealthCom, 1992; Change). As mudanças comportamentais e nas condições sociais não podem ser realizadas somente objetivando fatores pessoais ou contextuais. Pelo contrário, elas precisam ser sensíveis a ambos para a compreensão de problemas e o planejamento de soluções (Hornik, 1990; Smith e Elder, 1998; Soul City, 2000). Essa idéia tem sido particularmente relevante em programas cuja finalidade é a mudança comportamental, que têm se movido de forma gradual das abordagens centradas no indivíduo para uma perspectiva multifacetada que considera que fatores ambientais afetam comportamentos individuais (Hornik, 2002). Uma vez que os fatores ambientais afetam os comportamentos (em termos de se criar e manter hábitos), eles precisam ser direcionados. O que constitui fatores ambientais e contextuais é discutível. Não é fácil de se perceber quais fatores são “externos” ou “internos” às ações dos indivíduos. Por exemplo, cientistas que estudam o comportamento geralmente assumem que o gênero e a cultura são fatores contextuais; por outro lado, antropólogos e sociólogos lidam com eles como sendo constitutivos da identidade individual. Considere os casos das mães muçulmanas que se recusam a vacinar seus filhos com equipes de homens não muçulmanos (porque elas são proibidas de falar com homens que não sejam seus maridos), ou as mães das tribos dos índios quíchua, que relutam em dar à luz em postos de saúde oficiais do Peru (porque os profissionais de saúde desrespeitam suas tradições em relação ao nascimento). Gênero e cultura são contextuais ou partes intrínsecas do comportamento individual? Essa questão reflete grandes diferenças epistemológicas e disciplinares sobre a principal unidade de análise no trabalho direcionado ao desenvolvimento.

É necessário um exame mais profundo das relações entre o comportamento individual e os fatores contextuais (como as políticas públicas, as leis, os sistemas). De um lado, a presença de fatores contextuais realmente influencia o comportamento. Os sistemas de água, de distribuição de

vacinas e de remoção de lixo são importantes determinantes de comportamentos específicos (lavar as mãos, aumentar os índices de vacinação e depositar o lixo de forma adequada, respectivamente). Por outro lado, a disponibilidade de condições institucionais e contextuais que, em princípio, conduz a comportamentos específicos, nem sempre leva aos comportamentos sociais e saudáveis esperados. A expressão “construa sistemas e os resultados virão” nem sempre funciona. A existência de postos de saúde em áreas rurais não garante que as mães irão preferir as maternidades institucionais. O acesso mais fácil a preservativos não leva necessariamente ao aumento do seu uso entre parceiros diferentes em diversas faixas etárias. A disponibilidade de redes de mosquito nas regiões de ocorrência de malária não determina automaticamente que as pessoas irão usá-las. O diálogo interdisciplinar e o trabalho sobre esses assuntos entre os cientistas sociais e pesquisadores do comportamento são cruciais para produzir estudos que considerem adequadamente os múltiplos níveis que afetam o comportamento social e individual.

Por que o consenso?

Considerando que o campo tem sido alvo de uma polêmica acirrada, o surgimento de um consenso em torno das cinco idéias é notável. Certamente, velhas disputas e preferências por estratégias específicas não desapareceram. Identificar a existência de um consenso crescente não significa dizer que os patrocinadores, governos, organizações não-governamentais e outros indivíduos e organizações envolvidos nos programas para o desenvolvimento têm resolvido todas as diferenças de forma amigável. Ainda existem prioridades e agendas de comunicação distintas. As diversas simpatias ideológicas e teóricas, a habilidade das agências de cooperação e ONGs em determinadas abordagens, e os objetivos e expectativas dos patrocinadores continuam a moldar as estratégias de comunicação. Seria utópico esperar um acordo completo, tendo em vista a diversidade e a riqueza de interesses e as experiências interdisciplinares no campo da comunicação para o desenvolvimento. No entanto, há uma tendência para se afastar das soluções do tipo “modelo-único-para-tudo” e se acreditar que são necessárias abordagens inclusivas e a abertura para uma diversidade de estratégias e ideais programáticos.

É importante enfatizar que o consenso em torno dessas cinco idéias-chave acontece mais na prática do que no nível teórico. Necessidades prag-

máticas têm encorajado a integração de conceitos que teoricamente permanecem separados. Não raramente, a mobilização local e as atividades das redes comunitárias fazem parte do mesmo programa, ainda que não tenham ocorrido muitos esforços no sentido de explorar o encontro entre a teoria participativa e a teoria das redes sociais (ou se elas de fato se encontram). As intervenções realizadas visando à mudança de comportamentos são cada vez mais suscetíveis à necessidade de se integrar decisões políticas e individuais que afetam comportamentos específicos (por exemplo: fumo, maternidade institucional, vacinação), mas as políticas de comunicação e as teorias de comunicação interpessoal ainda permanecem desconhecidas entre si.

Particularmente, no abismo entre a teoria e a prática, é válido discutir que fatores são responsáveis pela convergência. Primeiro, há um interesse crescente em se encontrar soluções para problemas específicos. Essa mudança sugere uma tendência encorajadora no campo: a propensão a se apaixonar pelas idéias específicas está abrindo caminho para uma posição mais eclética e aberta, menos arraigada às ortodoxias teóricas e mais interessada em combinar abordagens. A evolução do pensamento sobre as abordagens que têm como objetivo a difusão da informação, as novas tecnologias e os modelos participativos expressa essa mudança, quer dizer, de um movimento de apoio acrítico para um ceticismo crescente em relação às posições reducionistas.

A atração pelas possibilidades das abordagens voltadas para a difusão da informação, que dominou o campo nos seus primórdios, tem diminuído. Uma vez diagnosticado que a falta de informação e de normas tradicionais impediam o desenvolvimento, como a tradição modernista concluiu, foi atribuído à comunicação o papel de disseminar “o conhecimento certo”, a fim de facilitar a mudança cultural. Hoje, ao contrário, não se acredita na noção de que comunicação é igual à informação ou que os problemas do desenvolvimento são restritos à “falta de informação” dos cidadãos. Alguns críticos apontam que o modelo simplista de transmissão de informação, oriundo das teorias sistêmicas e dos modelos matemáticos e de engenharia, era inadequado para se compreender as complexidades da comunicação. Algumas vezes, a comunicação, e não a informação, é o assunto em questão. Outros argumentaram que o “difusionismo” perdeu uma distinção sutil entre conhecimento, atitudes e comportamento. Influenciados pelas teorias dos “poderosos efeitos da mídia”, ignoraram que o caminho da informação para a prática não possui uma única direção.

Da mesma forma, o entusiasmo pelas “novas tecnologias da informação” tem retrocedido. Quase inevitavelmente, em alguma conjuntura do “surgimento das novas tecnologias”, o campo experimentou esse novo modismo tecnológico, ou seja, utilizou-se das vantagens oferecidas pelas últimas invenções no trabalho voltado para o desenvolvimento. O rádio transistor, a televisão, a TV a cabo, a TV via satélite, os gravadores portáteis, o vídeo, os microcomputadores, a Internet, os rádios movidos a energia solar e a corda, todos têm sido aclamados como revolucionários, ferramentas indispensáveis para redirecionar as condições políticas e socioeconômicas, para promover o diálogo e a participação, para alcançar todas as populações etc. Seria ingênuo desconsiderar a relevância das tecnologias da informação nos esforços desenvolvimentistas. Elas são potencialmente úteis na criação de oportunidades para debate, troca de idéias e participação, mas elas precisam ser analisadas dentro de contextos institucionais e condições políticas e econômicas específicos (Chetney, 2001).

Há também muito entusiasmo em relação às abordagens participativas. Sem dúvida, a questão da cidadania participativa é e deveria ser central para os esforços desenvolvimentistas. Insistindo nesse ponto, as abordagens participativas oferecem uma crítica importante às intervenções “top-down” (Thomas, 1994). De maneira correta, eles acusaram governos centrais, empresários e especialistas em planejamento de modelos de desenvolvimento por não levarem em consideração nem colocarem as comunidades no centro da questão. A história das intervenções desenvolvimentistas registra que as comunidades não se fortaleceram como resultado de investimentos maciços. Isso se deve ao fato de que as comunidades eram compreendidas como atores passivos, “beneficiários” presumidos das ações dos governos e dos patrocinadores, ao invés de serem atores centrais do desenvolvimento.

Mesmo tendo, com sucesso, desafiado velhas convenções, as abordagens participativas não empregaram tempo suficiente para considerar muitas questões. Sob que condições a participação é possível? O que acontece quando os ideais participativos vão de encontro às normas da comunidade ou são rejeitados por práticas autoritárias locais? Como a participação é possível nas diferentes etapas dos programas voltados para o desenvolvimento (por exemplo: captação de recursos, planejamento, instrumentação, avaliação, sustentabilidade)? Como o fortalecimento da comunidade e a participação podem ser medidos (Chetley, 2002)? Esforços importantes estão sendo empregados para responder a essas questões

de maneira crítica, mas ainda há muito a ser feito (Cooke e Kothari, 2001; Estrella, 2000; Heeks, 1999; Oakley e Clayton, 2000).

Outra razão para um consenso crescente é o aumento do interesse sobre “o que funciona”, ao invés de “o que acreditamos”. Os patrocinadores parecem estar mais inclinados a conhecer os resultados de seus investimentos e, como sugerem os programas recentes de imunização e de luta contra a AIDS/HIV, a cooperar com outros patrocinadores, no sentido de encontrar interesses em comum. Essa necessidade é particularmente evidente entre os órgãos do governo que financiam programas, pois eles precisam mostrar os resultados da aplicação de recursos aos responsáveis pelas políticas públicas. Por sua vez, essa necessidade é transferida para as ONGs e outras organizações que implementam programas. No mundo competitivo dos fundos de ajuda ao desenvolvimento, submeter resultados positivos tornou-se cada vez mais importante para demonstrar destreza e capacidade frente a vários públicos (Edwards, Hulme e Wallace, 2000; Roche, 2000). Essa “estratégia de raciocínio” prova que existe uma urgência para se encontrar soluções práticas, seja para promover a participação popular ou a mudança de comportamento.

Uma terceira razão para a convergência é que experiências recentes mostram que estratégias múltiplas e integradas funcionam. Considere os casos da Uganda, da Tailândia e do Brasil, países cujos esforços na luta contra a epidemia da AIDS/HIV têm sido aplaudidos de maneira geral. Nesses países, a combinação de ações diferentes é vista como a responsável por grandes sucessos (Hogle, Green, Nantulya, Stoneburner e Stover, 2002). Os governos exerceram um papel fundamental ao encorajar a discussão dos problemas e das soluções, colocando a AIDS/HIV no topo da lista dos assuntos mais importantes, e estabelecendo compromissos públicos que reconheceram, primeiramente, que a AIDS/HIV era uma importante questão de interesse público. Os indivíduos e organizações envolvidos nesse processo trabalharam de várias formas em direção a um objetivo comum. Estratégias de comunicação utilizaram intervenções da comunicação de massa e interpessoal. Diversas organizações de mídia ofereceram oportunidades para o debate aberto. Experiências à parte, uma lição importante surgiu: a combinação das ações dos governos e da sociedade civil é crucial para combater a AIDS/HIV, em particular, e para lidar com questões desenvolvimentistas, de maneira geral (Scalway, 2002; Unaid, 1999).

Existe uma preocupação crescente no que diz respeito aos problemas das estratégias universalmente aplicadas que obtiveram sucesso em contextos específicos. Em países onde fatores culturais e políticos limitam a participação e mantêm relações hierárquicas, abordagens participativas podem encontrar dificuldades para ser implementadas, já que elas requerem um processo de transformação política de longa duração. Isso não significa que a participação deva ser abandonada, mas quer dizer que as intervenções que têm como objetivo mobilizar as comunidades necessitam adotar características diferentes em determinadas circunstâncias.

Comunicação e mudança social

Se a convergência de várias tradições disciplinares e teóricas na comunicação para o desenvolvimento é parcialmente responsável por uma confusão conceitual persistente, ela é também uma fonte de troca disciplinar e teórica que pode render frutos. Acadêmicos, profissionais e manifestantes que trabalham na comunicação para o desenvolvimento têm sido treinados em várias disciplinas (comunicação, psicologia cognitiva, jornalismo, antropologia, sociologia, ciências comportamentais, saúde pública, sistemas de informação, educação). Até recentemente, a possibilidade de colaboração e influência entre as diversas disciplinas era pouco explorada e parecia ser um problema, não uma vantagem, uma fonte de argumentos defensivos, de propriedade sobre as “melhores práticas”. A convergência em relação às “cinco idéias-chave” sugere, se não uma virada completa, certamente uma tendência positiva no sentido de se integrar idéias de várias disciplinas.

Existem vários exemplos recentes dessa tendência. Um deles é o interesse no “capital social” e nas “redes de relações sociais”, conceitos que, apesar de possuírem um DNA teórico distinto, atualmente transpõem as fronteiras disciplinares. Da mesma forma, as discussões políticas e a utilização da mídia em defesa de diversas causas também refletem um interesse em explorar caminhos diferentes para provocar uma transformação social, que reconhece as fragilidades e as potencialidades da mídia. Esforços contínuos na busca de uma mesma base programática e teórica, como os empregados pela Fundação Rockefeller e nos trabalhos recentes da Universidade de John Hopkins, também confirmam essa tendência (Figuerola, Kincaid, Rani e Lewis, 2002).

Talvez uma das tentativas mais promissoras de se encontrar pontos em comum seja a idéia de que a mudança social é o objetivo final da

comunicação para o desenvolvimento. Mudança social serve como um termo guarda-chuva para designar uma variedade de iniciativas e ações de comunicação que dão prosseguimento às transformações sociais. A mudança social também permite que analistas e profissionais de várias disciplinas encontrem uma base comum e articulem esforços para obter um mesmo vocabulário. Certamente, essa não é uma idéia totalmente nova, mas ela vem se tornando lentamente o principal assunto das agendas dos patrocinadores e órgãos públicos. Definir as “melhores práticas” sobre “informação-educação-comunicação” ou canalizar a participação comunitária, temas que têm ocupado o campo há muito tempo, não são o foco central do debate, mas sim, de forma mais ampla, como a comunicação contribui para a mudança social.

As divergências persistem sobre uma série de temas importantes: Quem determina o desenvolvimento? Quais indicadores de mudança social são considerados? Qual o papel que diferentes atores têm em tornar possível a mudança social? Como o indivíduo e a mudança social podem ser integrados? Como ocorre a mudança social? Ela é o resultado da soma de mudanças individuais, como afirmam os psicólogos? Ela é a consequência de processos sociais que não são a soma de mudanças individuais, mas, pelo contrário, o resultado das mudanças estruturais e macrosociais, como os sociólogos afirmam? Qual o papel da comunicação no processo da ação coletiva e da mudança social?

Pensar em como a comunicação contribui para a mudança social parece também ser útil no sentido de se evitar ficar preso em debates já desgastados sobre o significado da comunicação na “comunicação para o desenvolvimento”. Dada a diversidade de experiências disciplinares e profissionais, é muito bom imaginar a possibilidade de se alcançar uma definição única que satisfaça a todas as partes, de uma vez por todas. Mas qual seria o propósito disso? Tentar achar a definição “real” da comunicação e policiar as fronteiras disciplinares é ir pelo caminho errado, particularmente se consideramos outros desafios e tarefas mais interessantes e de maior pressão. Além disso, seria equivocado esperar que tais esforços alcancem uma síntese teórica. Produzir uma definição da comunicação sem ambigüidade parece ser uma ordem absurda. Desde as origens do campo, a noção de comunicação não teve uma única definição. Ocorreram tentativas importantes de se esclarecer seus significados, mas elas não chegaram a uma definição canônica.

O fato de que os termos “comunicação” e “comunicações” ainda são usados indistintamente reflete essa ambigüidade conceitual de difícil compreensão. Para alguns, comunicação significa o fortalecimento da comunidade e a mobilização social; para outros, significa o trabalho da mídia e de outras tecnologias da informação; e ainda há os que consideram comunicação como algo que diz respeito às relações públicas e publicações. Existem poucas chances do debate chegar ao fim, e os eventuais benefícios de se alcançar um conceito consensual não são claros. A discussão não termina porque os acadêmicos e os profissionais buscam respostas para questões que, mesmo sendo inter-relacionadas, são diferentes: Como se promove a mudança cultural? Como as informações e inovações são propagadas? Como a comunicação contribui para o fortalecimento da comunidade? Como os cidadãos se mobilizam para terem o domínio de suas próprias vidas? Como a comunicação afeta a mudança de comportamento?

A divisão tem persistido no campo. Por um lado, a comunicação é compreendida como um instrumento utilizado para se desenvolver projetos cuja finalidade é alcançar objetivos específicos, principalmente por meio da disseminação da informação. Assim, se o objetivo é reduzir a mortalidade infantil, ensinar novos métodos agrícolas e promover políticas ambientais, a comunicação envolve metodologias e instrumentos que são usados para disseminar a informação e a mudança comportamental, no sentido de se alcançar resultados de desenvolvimento. Nessa perspectiva, a comunicação é entendida como uma “comunicação estratégica”, um elo na corrente “informação-educação-comunicação”, um componente das iniciativas de grande alcance para engendrar transformações na saúde, na política, no meio ambiente, na educação e em outras áreas. A comunicação pretende maximizar a transmissão e a eficácia das mensagens. Ela é vista aqui como um ramo das ciências da informação e das práticas profissionais, tais como relações públicas, marketing e propaganda.

Por outro lado, a comunicação é caracterizada como a finalidade do desenvolvimento, como ocorre em programas e instituições como a Unesco e o Unicef (que define comunicação como um “direito”). O desenvolvimento deveria objetivar a melhoria da capacidade de diálogo das comunidades, particularmente nas áreas pobres do mundo. A falta de acesso à comunicação e à informação é um dos problemas mais evidentes nos países em desenvolvimento. Os esforços deveriam ser

direcionados para aumentar as oportunidades das comunidades falarem e escutarem outras, identificarem problemas, estabelecerem objetivos, decidirem os rumos da ação e atribuírem responsabilidades. A comunicação está pronta para construir a comunidade, ao invés de servir apenas para transmitir informação. As tecnologias da mídia são instrumentos para facilitar o processo de comunicação, ao invés de serem veículos para troca de informação. A comunicação é entendida como uma questão de cidadania, como um caminho para compreender as associações e ações nas comunidades políticas. Dessa forma, a rádio comunitária, por exemplo, é concebida como um mecanismo para as pessoas expressarem suas opiniões sobre determinados assuntos e como um recurso para mobilizar os cidadãos.

Devido à dualidade conceitual da comunicação, não é surpresa o fato de que as teorias e as estratégias têm dado respostas para algumas, não para todas, questões. O que está em jogo não é a falta de explicações consistentes ou de *insights* perceptivos, mas o contrário, a necessidade de se esclarecer questões e objetivos. Da mesma forma que a disciplina da comunicação, a comunicação para o desenvolvimento lida com uma série de problemas relacionados, porém distintos (Nair e White, 1993). As ações de estimular a participação, mudar as políticas midiáticas, contribuir para a mudança de comportamentos, aumentar o acesso à mídia e expandir oportunidades de se adquirir informação têm sido colocadas como os objetivos das intervenções da comunicação para o desenvolvimento. Mas é necessário avançar na discussão dos problemas que o campo apresenta e examinar caminhos para se alcançar objetivos, ao invés de oferecer soluções predeterminadas (Wilkins e Mody, 2001).

Próximos Desafios

A comunicação para o desenvolvimento enfrenta dois grupos de desafios. O primeiro grupo de desafios lida com dois aspectos críticos dos projetos de desenvolvimento: escala e sustentabilidade. Após mais de cinco décadas de experiências na comunicação para o desenvolvimento, parece que sabemos o que funciona (Morris, 2001). Por conta do fato de existirem explicações e resultados persuasivos sobre “o que funciona” em menor escala, os projetos comunitários que ainda apresentam poucos resultados satisfatórios em nível nacional – projetos “scaling up” – tornaram-se um assunto importante, particularmente para os patrocinadores.

Alcançar, em maior escala, os mesmos resultados obtidos nos projetos voltados para a participação e para o fortalecimento da comunidade não é fácil. Como repetir os êxitos dos projetos comunitários de proteção ambiental e de combate a doenças infecciosas em escala maior? Essas lições são diretamente aplicáveis em programas que almejam grupos maiores? (DFID, 2002; International HIV Alliance, 1998; WHO, 2002).

Uma outra preocupação diz respeito à sustentabilidade dos projetos de desenvolvimento. A questão do “desenvolvimento sustentável” aparece com destaque na agenda dos patrocinadores e agências de cooperação, e se refere a ações de desenvolvimento que colocam as comunidades no centro e têm um impacto de longa duração (United Nations, 2002). O interesse pela duração dos trabalhos (e pelos resultados) direcionados para o desenvolvimento se livra da impressão de que os projetos mostram resultados apenas enquanto os patrocinadores estão injetando verbas regularmente e quando eles assumem um compromisso de longa duração. Como Michael Edwards (1999:83) colocou de forma eloquente: “obter ganhos de curta duração tendo como base pesados investimentos externos não é difícil; o que é difícil é sustentá-los frente a uma tradição de políticas e economias frágeis e a capacidades limitadas de implementação”. Essa falta de continuidade é problemática, entre outras razões, porque tal prática faz com que as intervenções nas comunidades tornem-se dependentes das agendas dos patrocinadores, que são propensas a mudar devido a diversos fatores (desde mudanças políticas até mudanças de equipe) (Bräutigam, 2000). Ao invés de ajudar a gerar uma independência comunitária, esses tipos de financiamento intensificam a noção de que os projetos “pertencem” aos patrocinadores. Quando o futuro dos projetos depende das prioridades de quem os financia, é uma ilusão esperar que as comunidades adquiram um senso de independência e mantenham os resultados. Em outras palavras, a questão é evitar o desenvolvimento induzido de fora que segue as necessidades e expectativas dos atores nórdicos; pelo contrário, deve-se estimular o desenvolvimento que responde às prioridades internas do sul.

O segundo grupo de desafios lida com temas específicos da comunicação. Um deles é resolver a divisão entre a “pequena” e a “grande” mídia. Embora se possa argumentar que tal distinção está se tornando obsoleta, já que as novas tecnologias apagam as velhas fronteiras entre a radiodifusão de grande (“*broadcasting*”) e de pequeno alcance (“*narrowcasting*”), é

importante prestar atenção a ambas as mídias. A Internet e outras tecnologias híbridas da comunicação eliminam cada vez mais a distinção e, certamente, oferecem novas oportunidades, mas para a grande maioria das pessoas nos países em desenvolvimento, as mídias “pequena” e “grande” permanecem sendo as mídias mais acessíveis.

Geralmente, os estudos da comunicação prestam atenção exclusiva tanto para a mídia comercial, de grande escala, quanto para a mídia comunitária. Apesar de não se questionar que os meios de comunicação de massa são importantes, dado seu alcance e popularidade, não devemos perder de vista a relevância da “pequena” mídia. Muitas experiências comprovam a importância da mídia direcionada aos cidadãos para mobilizar comunidades e nutrir a questão da cidadania nos países em desenvolvimento (Gumucio-Dragón, 2001; Mody, 1991; Rodriguez, 2000). No entanto, é problemático cair em uma posição romântica que vê a mídia popular como a única esfera onde os cidadãos podem emitir opiniões, obter informação e melhorar sua condição social, enquanto se ignora o fato de que grandes instituições midiáticas têm uma importância tremenda no cotidiano das pessoas. Existem muitas razões para se suspeitar, nos círculos desenvolvimentistas, do papel da “grande” mídia: em todo o mundo em desenvolvimento, as “grandes” mídias funcionam segundo princípios (benefícios políticos e lucro) que não promovem objetivos democráticos e desenvolvimentistas. No entanto, tal suspeita denuncia uma mentalidade de que o “pequeno é bonito” (*“small is beautiful”*), que coloca de lado o potencial da mídia convencional para contribuir com os objetivos desenvolvimentistas. Experiências midiáticas que pretenderam estabelecer um diálogo sobre assuntos “tabus”, tais como a questão da AIDS/HIV e da mutilação genital feminina, sugerem que os meios de comunicação de massa são fundamentais para gerar uma discussão pública entre os cidadãos e um compromisso das autoridades locais. Em circunstâncias específicas, a mídia oferece informações importantes que fazem a diferença no controle de epidemias, espalha “boatos” em torno das iniciativas desenvolvimentistas, pauta temas na agenda nacional e mobiliza populações.

Uma outra questão importante que merece maior atenção é a ligação entre a comunicação e a mudança cultural. A relação entre comunicação e cultura está no centro do desenvolvimento. Certamente, trabalhos pioneiros no campo examinaram isso, mas sob o ponto de vista do “fardo do homem branco”, com uma perspectiva modernista que, explicita

ou implicitamente, propôs a cultura “ocidental” como o modelo a ser seguido e “denegriu” as outras culturas. Hoje, salvo o devido respeito ao feminismo e ao multiculturalismo, tal perspectiva, se não foi completamente desmascarada, é bem menos influente nos círculos desenvolvimentistas do que no passado. Porém, muita coisa permanece sem discussão.

Um dos assuntos mais problemáticos é a relação entre a comunicação para o desenvolvimento e a mudança cultural. Alguns projetos almejam preservar e fortalecer práticas e crenças locais, enquanto outros, ao contrário, pretendem eliminá-las. Às vezes, embora a diversidade cultural seja estimulada, ela também é vista como um obstáculo para os objetivos desenvolvimentistas. Em determinadas circunstâncias, a visão que se tem é a de que as culturas locais precisam ser modificadas: o patriarcado impede as mulheres de tomarem decisões mais saudáveis, a homofobia perpetua o estigma, acordos sexuais tradicionais contribuem para a transmissão do HIV, alguns rituais funerários espalham doenças, crenças religiosas e mágicas competem com pesquisas científicas sobre os efeitos das vacinações. Além disso, as culturas locais são vistas como fornecedoras de recursos valiosos e necessários para promover o desenvolvimento/objetivos sociais: as redes de relações comunitárias são fundamentais para disseminar informação, e o apoio de líderes religiosos é a chave para se alcançar as populações. Essas tensões levantam uma série de questões sobre o desenvolvimento e os direitos culturais que são raramente confrontadas de frente, especialmente sob uma perspectiva comunicacional. Quem tem o direito de determinar quais práticas culturais são desejáveis e precisam ser preservadas? Esse abismo é notável, particularmente se levarmos em consideração o quanto os estudos acadêmicos da comunicação para o desenvolvimento têm sido críticos do impacto dos fluxos globais de informação na diversidade cultural, ainda que não tenham explorado suficientemente os dilemas centrais da mudança cultural.

Um dos mais importantes grupos de questões lida com a ética cultural da comunicação para o desenvolvimento. Quando o universalismo é defensável? O relativismo está sempre acima dos princípios universais? E se as comunidades recorrerem à soberania cultural para defender práticas que contrariam largamente as normas de outros povos (particularmente os nórdicos)? Em muitos casos, há uma concepção individualista, indubitavelmente nórdica, cheia de boas intenções, que tem como objetivo promover a mudança cultural baseada nos ideais articulados nos documentos

internacionais de direitos humanos. Consideremos os debates contínuos sobre a mutilação genital feminina. Como definido pelos patrocinadores e ONGs, a finalidade é promover a mudança cultural ("a eliminação da prática"), e o desafio é encontrar mecanismos eficazes para mudar práticas e normas culturais profundamente estabelecidas (Population Reference Bureau, 2001). Certamente, aqueles que praticam o ritual (curandeiros tradicionais, médicos profissionais) se beneficiam do sistema de poder existente e invocam as "tradições culturais" para defender suas posições. As organizações voltadas para o desenvolvimento criticam-nos balançando a bandeira dos direitos humanos internacionais como a base para se construir um mundo humano comum e promover uma abordagem para o desenvolvimento baseada nos direitos. Dilemas similares também estão presentes em outras intervenções desenvolvimentistas como, por exemplo, na questão da maternidade segura, do planejamento familiar e da prevenção à AIDS/HIV. Como conciliar os saberes e as práticas locais com as concepções de nascimento seguro ao estilo ocidental? Em que bases devemos defender a identidade cultural, uma vez que objetivamos mudar práticas sexuais e de casamento arraigadas nas culturas paternalistas? Como é possível fazer uma distinção entre relatividade cultural e a busca por um terreno político e ético comum? O que a comunicação pode dizer sobre esses dilemas? Enquanto os estudiosos da ética e de leis internacionais fizeram incursões interessantes em direção a essas questões, os analistas da comunicação ainda precisam se agarrar a elas.

Meu interesse neste artigo foi chamar a atenção para a necessidade de transcender os debates no campo da comunicação para o desenvolvimento, sugerindo áreas de convergência e futuras direções. Os maiores desafios de pesquisa e das questões práticas não são mais se a "transferência de conhecimento" ou a "participação" devem ser o objetivo final da comunicação, um debate que, como as calças de poliéster e a música de discoteca, é remanescente da moda dos anos 1970. Certamente, alguns acadêmicos e profissionais continuam a acreditar que aperfeiçoar as artes da transferência de conhecimento ou extrair o potencial das novas tecnologias da informação devem ser a única preocupação da comunicação e contribuição para o desenvolvimento. Sempre haverá aqueles que acreditam que o papel da comunicação no desenvolvimento é o mesmo que produzir materiais (na melhor das hipóteses, a presença em todo lugar de pôsteres que possam despertar o interesse das pessoas), ou que

irão recorrer à comunicação como a solução para curar todos os males quando tudo mais falhou, ou que consideram a comunicação como um item opcional nos seus orçamentos. Mudar essas mentalidades e defender as razões pelas quais a comunicação é importante para o desenvolvimento são esforços valiosos, particularmente para aqueles que trabalham nos programas, cujos empregos dependem do reconhecimento pela realização da comunicação, um componente fundamental dos programas desenvolvimentistas. Porém, esses objetivos não devem ser a única preocupação. Para que o campo permaneça como um importante espaço para debate e uma referência na teoria e na prática do desenvolvimento, ele precisa resolver as questões que são centrais tanto para o *desenvolvimento* quanto para a *comunicação*.

Notas

1 (Nota do tradutor) – A abordagem “top-down” pode ser traduzida como “descendente” ou “de cima para baixo”, ou seja, dos países desenvolvidos para os países em desenvolvimento. A abordagem “top down” é característica de grandes organizações internacionais (como, por exemplo, o Banco Mundial, o G8 etc) e resulta em uma forte influência nos governos nacionais.

2 (Nota do tradutor)- A abordagem “botom-up” pode ser traduzida como “ascendente” ou “de baixo para cima”, ou seja, toda a comunidade é influenciada por agentes locais. A abordagem “bottom-up” é normalmente adotada por ONGs, que cooperam com organismos locais (frequentemente não-governamentais), como escolas, empresas, hospitais etc.

Referências Bibliográficas

- BRÄUTIGAM, D. 2000. Aid dependence and governance: What happens when institutions are too weak to handle large amounts of aid. Stockholm: Department for International Development Cooperation.
- CHETLEY, A. 2001. Improving health, fighting poverty: the role of information and communication technology (ICT). London: Exchange. www.healthcomms.org/pdf/findings1.pdf
- CHETLEY, A. 2002 "Communication that works," December 12, www.ecdp.org
- COOKE, B. and U. Kothari Eds. 2001. Participation: The New Tyranny. London: Zed Books. Department for International Development. 2002. Scaling-up and communication: guidelines for enhancing the developmental impact of natural resources systems research. London: DFID.
- EDWARDS, M. 1999. Future positive: International co-operation in the 21st century. London: Earthscan.
- EDWARDS, M., D. Hulme and T. Wallace. 2000. Increasing leverage for development: challenges for ngos in a global future. Kumarian press.
- ESTRELLA, M. Ed. 2000. Learning from Change: issues and experiences in participatory monitoring and evaluation. London: Intermediate Technology Publications.
- FOOD and Agricultural Organization. 2002. Regional Workshop for Designing and Implementing Multimedia Communication Strategies and National Communication Policies. http://www.fao.org/sd/2003/KN0403_en.htm
- FIGUEROA, M.E., D. L. Kincaid, M. Rani, and G. Lewis. 2002. Communication for Social Change: An Integrated Model for Measuring the Process and Its Outcomes. New York: Rockefeller Foundation.
- FRASER, C. and S. Restrepo-Estrada. 1998. Communicating for development: Human change for survival. New York: Tauris.
- GALWAY, M. (2002) "Communication for development," draft.
- GUMUCIO-Dragon, A. 2001. Making waves. New York: Rockefeller Foundation.
- HEALTHCOM. 1992. Results & realities: A decade of experience in communication for child survival. Washington, DC: AED.

- HEEKS, R. 1999. "The tyranny of participation in information systems: Learning from development projects." Manchester: Institute for development policy and management.
- HOGLE, J., E. Edward, E. Green, V. Nantulya, R. Stoneburner, and J. Stover. 2002. What happened in Uganda? Declining HIV prevalence, behavior change, and the national response. Washington: USAID.
- HORNIK, R. Ed. 2002. Public health communication: Evidence for behavior change. Mahwah, N.J.: L. Erlbaum Associates, 2002.
- HORNIK, R. 1990. Alternative Models of Behavior Change, Working Paper 131. Philadelphia: Annenberg School for Communication.
- MCKEE, N. 1994. A community-based learning approach: Beyond social marketing. In S. White,
- NAIR, K & J. Ascroft Eds. 1994. Participatory communication: Working for change and development. New Delhi: Sage.
- MELKOTE, S. and H. L. Steeves. 2001. Communication for Development in the Third World: Theory and Practice for Empowerment. New Delhi: Sage.
- MODY, B. 1991. Designing messages for development communication: An audience participation-based approach. New Delhi: Sage.
- MORRIS, N. 2001. Bridging the Gap: An Examination of Diffusion and Participatory Approaches in Development Communication." Typescript.
- MORRIS, N. and S. Waisbord. 2001. Why states matter. Landham, MD: Rowman & Littlefield.
- NAIR, K. and S. White Eds. 1993. Perspectives on development communication. New Delhi: Sage
- OAKLEY, P. and A. Clayton. 2000. Monitoring and Evaluation of Empowerment: A resource document. Oxford: INTRAC.
- POPULATION Reference Bureau. 2001. Abandoning female genital cutting. Washington, DC: PRB.
- ROCHE, C. 2000. Impact Assessment for Development Agencies: Learning to Value Change. London: Oxfam.
- RODRIGUEZ, C. 2001. Fissures in the Mediascape: An International Study of Citizens' Media. Cresskill, NJ: Hampton Press.
- ROGERS, E. M. and L. Kincaid. 1981. Communication networks: A

- paradigm for new research. New York: Free Press.
- SCALWAY, T. 2002. Critical challenges in HIV communication. London: Panos.
- SERVAES, J., T. Jacobson, and S. White Eds. 1996. Participatory communication for social change. New Delhi and Thousand Oaks: Sage.
- SINGHAL, A and E. Rogers 2002. Entertainment-education: A Communication Strategy for Social Change. Mahwah, NJ: LEA.
- SMITH, W. A. and J. Elder. 1998. Applied behavior change. Washington: Academy for Educational Development.
- SOUL CITY. 2000. Thoughts on Behavior Change. Johannesburg: Soul City.
- THOMAS, P. 1994. Participatory development communication: Philosophical premises. In White, Shirley, Nair, K. Sadanandan & J. Ascroft Eds. 1994. Participatory communication: Working for change and development. New Delhi: Sage.
- UNAIDS. 1999 Communications framework for HIV/AIDS: a new direction. Geneva: United Nations.
- UNITED Nations 2002. Global challenge, global opportunity: Trends in sustainable development. New York: UN.
- USAID. 2000. Polio free by the year 2000. Washington, DC: USAID.
- WAISBORD, S. 2000. Family tree of theories, methodologies, and strategies in development communication. The Communication Initiative.
- _____. S. 2002. "State, Development, and Communication," in William Gudykunst and Bella Mody eds., *Handbook of Intercultural and International Communication* 437-455. Newbury Park: Sage.
- WILKINS, K. Ed. 2000. Redeveloping Communication for Social Change: Theory, Practice and Power. Boulder: Rowman & Littlefield.
- _____. K. and B. Mody 2001. Reshaping development communication. Developing communication and communication development, Communication theory 11, 385-396.
- WORLD HEALTH ORGANIZATION. 1999. TB Advocacy. www.who.int/gtb/publications/TBAdvocacy/
- WORLD HEALTH ORGANIZATION. 2002. Scaling up the response to infectious diseases. <http://www.who.int/infectious-disease-report/2002/goingtoscale.html>